

HABEAS CORPUS Nº 484.143 - RJ (2018/0334325-4)

RELATOR : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
ROSANE MARIA REIS LAVIGNE - RJ037188
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PACIENTE : ADRIANO GOMES DA SILVA

DECISÃO

ADRIANO GOMES DA SILVA alega sofrer coação ilegal no seu direito de locomoção, em decorrência de acórdão proferido pelo **Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro** na Apelação Criminal n. 0384144-64.2016.8.19.0001.

Neste *writ*, a defesa requer o reconhecimento da atenuante da confissão, com a sua consequente compensação com a agravante da reincidência.

Não houve pedido liminar.

Prestadas as informações (fls. 49-58), veio parecer do Ministério Público Federal, que opinou pela concessão da ordem (fls. 60-66).

Decido.

No caso, o Juiz de primeiro grau entendeu "**não aplicável ao caso a atenuante da confissão, visto que a mesma se deu de forma parcial, negando a existência de grave ameaça ou violência**" (fl. 17, destaquei).

Sobre o tema, o Tribunal *a quo* afastou o reconhecimento da confissão, pois "o ora apelante **admitiu em juízo ter subtraído o bem da vítima, contudo negou qualquer tipo de agressão**, sendo certo que suas palavras mostraram-se manifestamente inverídicas, na medida em que contrariadas pelas provas dos autos, restando patente a sua intenção de ter reduzida a sua responsabilidade criminal ao negar a existência de fato importante para a correta classificação jurídico-penal da conduta" (fl. 33,

grifei).

Esta Corte Superior possui o entendimento de que, se a confissão do acusado foi utilizada para corroborar o acervo probatório e fundamentar a condenação, deve incidir a atenuante, sendo irrelevante o fato de a confissão ter sido espontânea ou não, total ou parcial, ou mesmo que tenha havido posterior retratação. Dessa forma, verifico o constrangimento ilegal de que estaria sendo vítima o paciente, haja vista que a confissão realizada na fase judicial foi utilizada para corroborar o acervo probatório e fundamentar a condenação, **devendo incidir a atenuante prevista no art. 65, III, "d", do Código Penal.**

Nesse sentido foi editada a Súmula n. 545 do STJ, *verbis*: "Quando a confissão for utilizada para a formação do convencimento do julgador, o réu fará jus à atenuante prevista no art. 65, III, d, do Código Penal".

Ademais, no julgamento dos **EREsp n. 1.154.752/RS**, ocorrido em 23/5/2012 (DJe 4/9/2012), a Terceira Seção deste Superior Tribunal pacificou o entendimento de que, **observadas as peculiaridades do caso concreto**, "É possível, na segunda fase da dosimetria da pena, a compensação da agravante da reincidência com a atenuante da confissão espontânea, por serem igualmente preponderantes, de acordo com o artigo 67 do Código Penal".

Assim, constato que **não há óbice à compensação integral** entre a confissão espontânea e a agravante da reincidência, haja vista que as instâncias ordinárias não destacaram a existência de múltiplas condenações definitivas anteriores na segunda fase da dosimetria.

Caracterizada a coação ilegal, passo à readequação da pena.

Partindo dos critérios adotados pelas instâncias ordinárias, verifico que a pena-base foi fixada em 4 anos de reclusão, mais 10 dias-multa. Na segunda fase, reconhecida a confissão espontânea, afasto o aumento pela reincidência do réu e a compenso integralmente com a referida atenuante, o que torna a pena definitivamente estabelecida em **4 anos de reclusão, mais 10 dias-multa**, ante a ausência de causas de aumento e de diminuição.

À vista do exposto, **concedo a ordem**, a fim de reconhecer a confissão espontânea e compensá-la com a reincidência, reduzindo a reprimenda para **4 anos de reclusão e 10 dias-multa**.

Publique-se e intímese.

Brasília (DF), 19 de fevereiro de 2019.

Ministro **ROGERIO SCHIETTI CRUZ**

